











GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Eduardo Henrique Accioly Campos

Governador do Estado de Pernambuco

João Lyra Neto

Vice-Governador do Estado de Pernambuco

Frederico da Costa Amâncio Secretário de Planejamento e Gestão

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO – CONDEPE/FIDEM

Maurílio Soares de Lima

Diretor-Presidente

Luciano Lopes Alves Pinto

Diretor Executivo de Apoio à Gestão Regional e Metropolitana

Claudia Paes Barreto

Diretora de Articulação e Apoio ao Desenvolvimento Metropolitano

Maria das Graças Tavares

Diretora de Articulação e Apoio ao

Desenvolvimento Regional

Maurílio Soares de Lima

Diretor Executivo de Estudos, Pesquisa e Estatística

Ruskin Marinho de Freitas

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Maria das Graças Duarte de Paiva

Diretora de Sistematização e Disseminação de Informações

Rodolfo Guimarães Regueira da Silva Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

DOCUMENTO EXECUTIVO CACI – CADASTRO DE ÁREAS COMPROMETIDAS COM INTERVENÇÕES

Coordenador Geral:

Tamar Lima

Equipe Técnica de Elaboração:

Claudia Paes Barreto Fabio André Ferreira Sandra Leão Barros Sandra Moura Tamar Lima Vanessa Maranhão Vera Martins Zenóbio Santos

Estagiários:

Diogo Nunes George Antonio Leite

Colaboração:

Eugenia Lima Daise Oliveira Eliane Maria da Silva

Créditos das Imagens:

Todos os mapas confeccionados pela Agência Condepe/Fidem.

FOTO 01: BR-101-Sul, Jaboatão dos Guararapes-PE Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011.

FOTO 02: Barragem de Tapacurá, São Lourenço da Mata-PE. Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011.

FOTO 03: Forte Orange, Itamaracá-PE Fonte: http://pernambucoimortal.com

FOTO 04: Cruzeiro de Santa Cruz, Itapissuma-PE Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011.

FOTO 05: Complexo Industrial e Portuário de Suape, Ipojuca-PE Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2011

Projeto Gráfico e Impressão:

AJA Consultoria Gráfica Brascolor

O QUE É O CACI

O Cadastro de Áreas Comprometidas com Intervenções (CACI) sintetiza o resultado do levantamento e do registro dos dados e das intervenções no espaço metropolitano, tornando-se um instrumento catalizador do processo decisório das questões de uso do solo na Região Metropolitana do Recife (RMR).

Concebido a partir da montagem de um sistema de articulação, concretizado a partir de um fluxo sistemático e bilateral de informações sobre intervenções físico-territoriais entre os órgãos com atuação na RMR, possibilita evidenciar, com base no cadastro e mapeamento temático dessas intervenções, os conflitos de superposição, bem como verificar as interferências com planos e projetos metropolitanos.

Cabe enfatizar que este não é um produto acabado, mas que representa o esforco da associação de informações

de caráter heterogêneo, pela diversidade de fontes, de temas, assim como da própria natureza das intervenções, que deverão ser sistematicamente e rotineiramente atualizadas, exigindo, para a eficiência da tarefa, um trabalho conjunto e cooperativo entre os envolvidos, produtores da informação, que terão, a partir desse instrumento, uma base única, atualizada e comum a todos os entes.

Ao disseminar esse documento, a Agência CONDEPE/FIDEM disponibiliza a todos os interessados, iniciativa pública e privada, informações sobre a RMR, em recortes territoriais temáticos que permitem a espacialização da informação, visando instrumentalizar as atividades de planejamento metropolitano, de Anuência Prévia aos processos de parcelamento do solo e implantação de grandes empreendimentos nesse território.





HISTÓRICO

A competência atribuída ao Estado, pela Lei Federal nº 6766/79 de 19 de dezembro de 1979, a qual define as normas relativas ao exame e anuência prévia, com vistas à aprovação, pelos municípios, de projetos de parcelamento do solo urbano, foi delegada à FIDEM e repassada à sua sucessora, a AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, através do Decreto Estadual nº 25.491/03, quanto à questão do controle do uso do solo, principalmente em relação aos parcelamentos do solo urbano e às alterações de uso do solo rural para fins urbanos.

Entendendo o controle do uso do solo como a ação que visa manter as mudanças dentro de parâmetros previamente definidos e direcionados para uma futura situação planejada, foi criado, na década de 80, pela FIDEM, o Cadastro de Áreas Comprometidas com Intervenções (CACI) na Região Metropolitana do Recife (RMR), visando alimentar o sistema de planejamento metropolitano e a gestão do uso e ocupação do solo, destacando-se os processos de parcelamento do solo urbano.

O CACI não é um cadastro técnico convencional, não individualiza as propriedades, nem melhora a arrecadação dos municípios, é uma experiência de aplicação de alguns princípios cadastrais ao planejamento e ao controle do uso do solo, na Região Metropolitana do Recife.

O referido Cadastro tem como objetivo facilitar a compatibilização entre planos e projetos públicos de interesse metropolitano e auxiliar a articulação entre os diversos setores de intervenção, na organização territorial (transportes, comunicação, habitação, saneamento básico, desenvolvimento industrial, preservação histórica e paisagística, dentre outros).

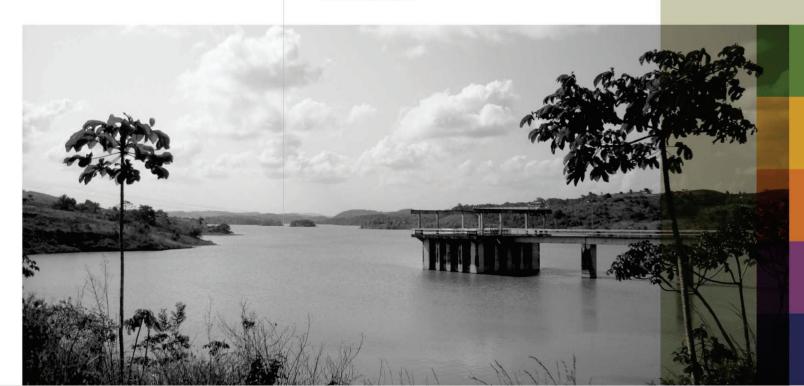
O CACI tem 31 anos de vida e, nesse período, foram divulgadas várias edições entre os mais diversos órgãos atuantes na Região Metropolitana do Recife. Essas edições foram alimentadas através de fontes internas (Agência Condepe/Fidem) e fontes externas (outros Órgãos Setoriais).

PRODUTOS

Considerado como a base informacional de maior relevância para o atendimento dos pleitos referentes ao parcelamento do solo urbano e para o planejamento metropolitano, verifica-se a necessidade de sua constante atualização e aperfeiçoamento dos seus componentes descritivos e gráficos, através do geoprocessamento.

Para a atualização e levantamento dessas informações, a Agência CONDEPE/FIDEM firmou Acordo de Cooperação Técnica com diversos órgãos que têm poderes de intervir no espaço metropolitano. Destacamse entre os objetivos do referido Acordo, a disponibilização dos produtos do CACI aos Órgãos Setoriais conveniados, tais como:

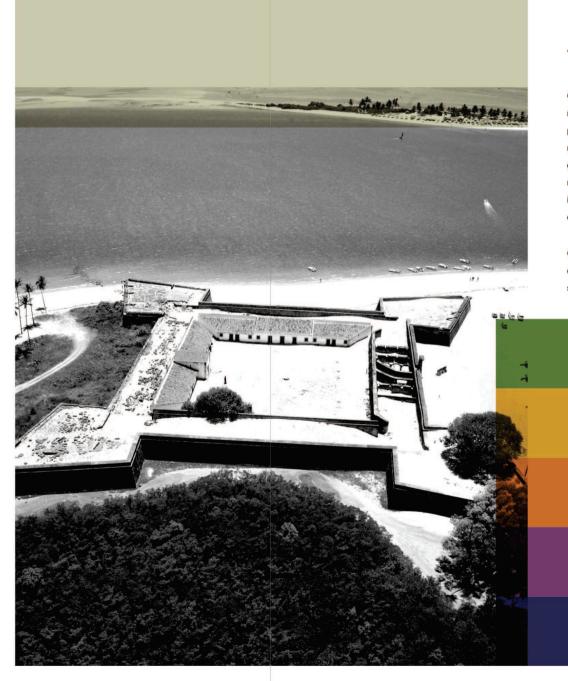
- a) Mapas, relatórios e gráficos, mostrando as interferências físicas, ambientais e urbanísticas.
- b) Documento descritivo com as informações inseridas na base cartográfica do CACI.
- c) Informações para o planejamento metropolitano e para as áreas especiais de Pernambuco.





FINALIDADES

- Subsidiar o planejamento metropolitano, apontando áreas de oportunidades para investimentos públicos e privados;
- Agilizar o processo de análise dos pleitos de parcelamento do solo urbano;
- Levantar e registrar as informações referentes à dimensão de áreas comprometidas com intervenções, estágio dessas intervenções, identificação de projetos e de conflitos, quando houver, com outras intervenções;
- Disponibilizar informações espacializadas com maior detalhe, apontando onde as ações e intervenções setoriais se manifestam no espaço metropolitano;
- Identificar áreas de carência de infraestrutura urbana e propor ações para a melhoria da qualidade ambiental dos espaços urbanos, visando articular os esforços dos órgãos governamentais na solução dos problemas;
- Contribuir para a ordenação do espaço municipal e metropolitano;
- Incentivar e valorizar práticas de planejamento e gestão integrada entre os setores de atuação e entre os níveis de Governo (Municipal, Estadual e Federal), na Região Metropolitana.



TEMAS

O CACI consiste na coleta, tratamento, lançamento e registro descritivo e cartográfico de programas, planos e projetos (de instituições federais, estaduais e municipais), de forma sistemática e articulada com todos os órgãos com poderes de intervir no espaço metropolitano, de modo que todas as áreas objeto de intervenção sejam analisadas de acordo com as normas e com os parâmetros de ocupação.

O lançamento dessas informações atende à classificação pré-estabelecida em cinco temas, quais seiam:

Transporte, Energia e Comunicação

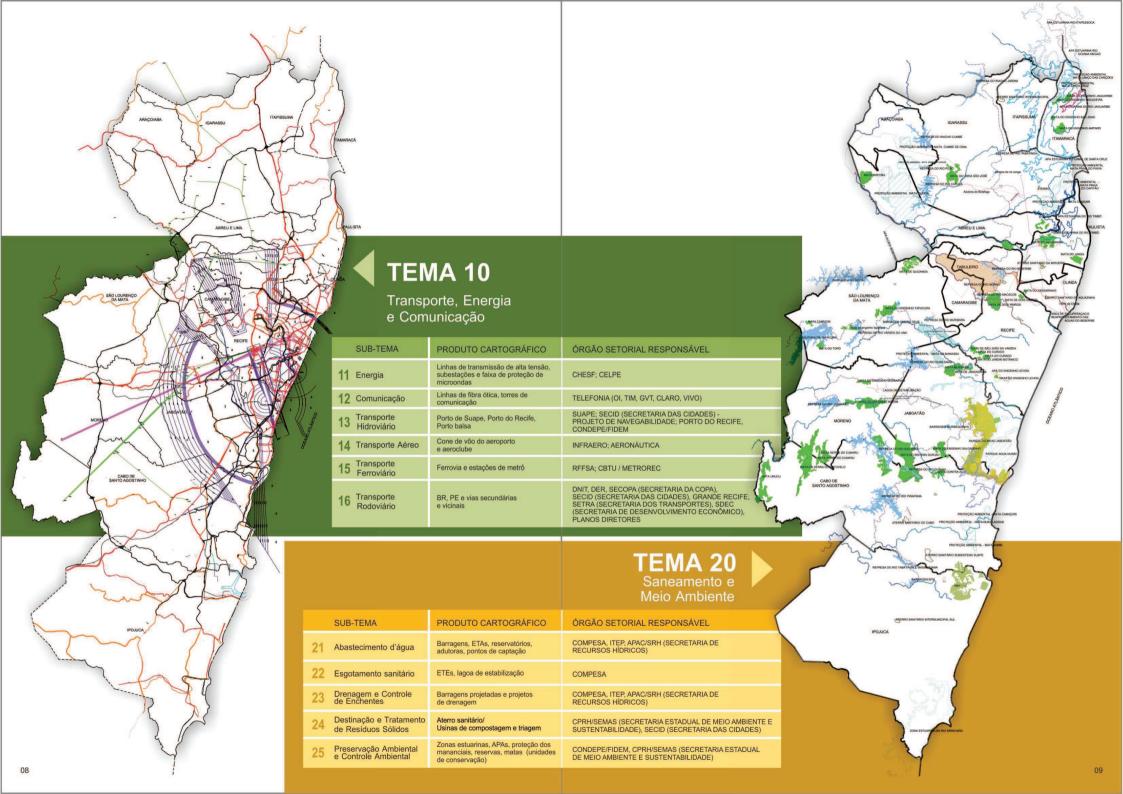
Saneamento e Meio Ambiente

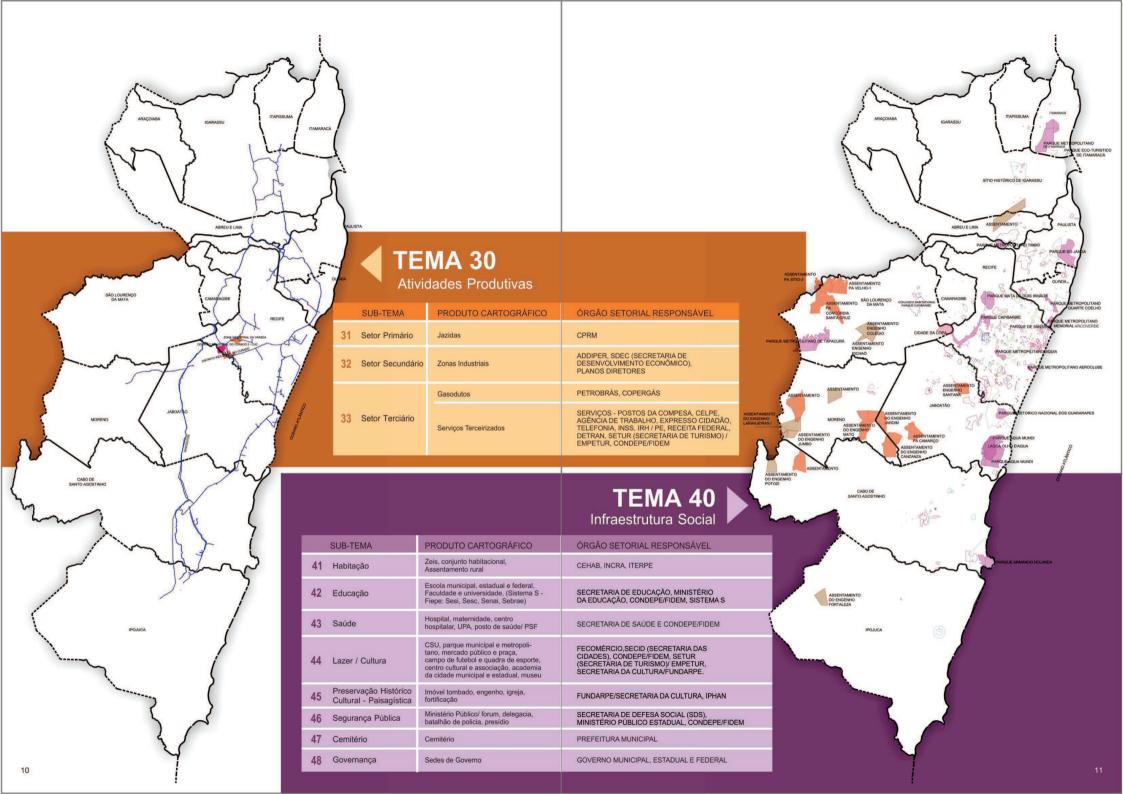
Atividades Produtivas

Infraestrutura Social

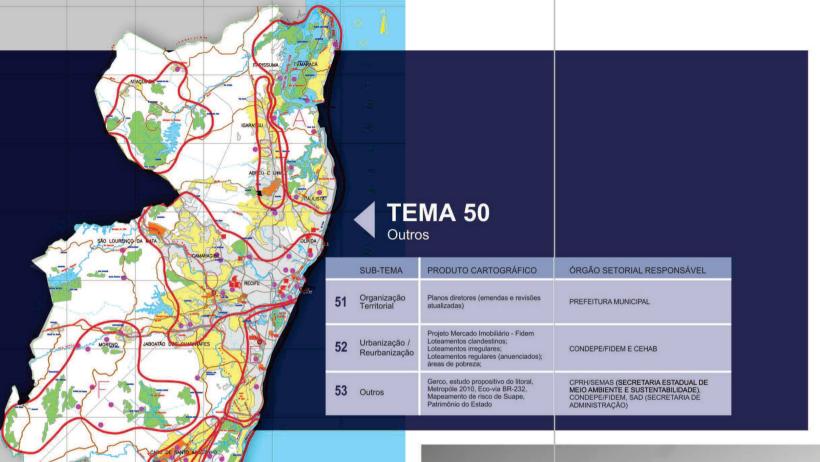
Outros

06







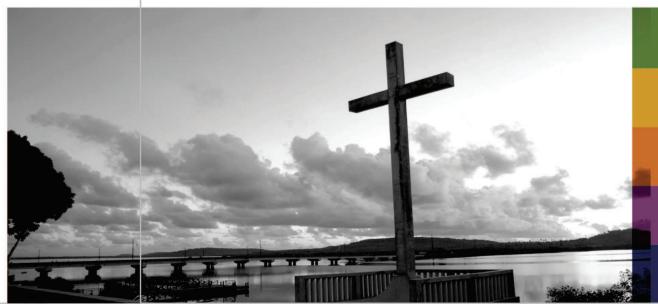


GEORREFERENCIAMENTO

A base cartográfica, elaborada pela Agência CONDEPE/FIDEM, proveniente das ortofotocartas dos anos de 1974 e 1988 e das imagens de satélite dos anos de 2007 e de 2011, na escala métrica de 1/10.000, contém dados gráficos e descritivos, necessários à montagem do CACI.

As informações cartográficas analógicas foram digitalizadas, georreferenciadas e vetorizadas no Sistema Geodésico, oficial do Brasil, SIRGAS2000, projeção UTM e editadas com software compatível CAD (*.dwg, *.dxf ou *.shp), compondo, assim, a base cartográfica digital, que possibilita o desenvolvimento do banco de dados integrado ao CACI, de modo contínuo.

Os mapas temáticos, confeccionados a partir da base cartográfica, contêm o registro de todos os cinco temas coletados, devidamente georreferenciados, os quais agregam informações descritivas relacionadas aos seus entes gráficos.





FERRAMENTA PARA PLANEJAR A RMR

O planejamento metropolitano deve considerar alternativas concretas e viáveis para a melhoria da qualidade de vida da população na RMR. O principal desafio a ser enfrentado consiste em planejar ações de médio e longo prazos em ambientes e realidades em constante transformação. Nesse sentido, é recomendável que o planejamento não seja estático, mas permanentemente atualizado e adaptado às circunstâncias.

Desse modo, pretende-se promover, com esta ferramenta, o planejamento territorial integrado, a convergência das intervenções públicas e privadas, ampliar o foco setorial na análise dos problemas e na identificação de alternativas para o desenvolvimento da RMR.

Com a utilização da abordagem territorial, buscam-se alcançar as seguintes diretivas:

- Indicação e dimensionamento necessários para a melhoria e para o funcionamento das redes de infraestrutura urbana e de equipamentos institucionais;
- · Rebatimento territorial dessas indicações;
- · Proposta para o planejamento territorial estratégico;
- Subsídios para o planejamento metropolitano de maneira integrada e espacializada.

Nesse contexto, o CACI é o instrumento referencial para subsidiar o planejamento metropolitano e a tomada de decisões na implantação de equipamentos públicos e de novas ações de desenvolvimento.



CONCLUSÃO

As informações sobre os municípios e a RMR são estruturadas de modo a integrarem o CACI, prevendo-se a inserção, atualização e correção de informações relativas ao uso e à ocupação do solo e de dados socioeconômicos e fisicoterritoriais, agregados e oriundos das diversas fontes de dados, formando planos de informações que se adicionam aos temas específicos do CACI.

Espera-se, com a atualização sistemática de informações e inserção no CACI, subsidiar o planejamento metropolitano e a tomada de decisões na implantação de equipamentos e novas ações de desenvolvimento. Possibilitando, dessa forma, identificar as intervenções necessárias nos espaços urbanos que imprimirão, na RMR, uma nova forma de atender à população local, a partir de:

- Equipamentos sociais redimensionados e adequados às necessidades de uso.
- · Sistemas viário e de transportes otimizados.
- · Novas oportunidades produtivas e recreativas.
- · Reutilização de espaços urbanos ociosos.
- · Saneamento e meio ambiente, melhor distribuídos e preservados.
- A visualização espacial de onde estão implantados os equipamentos públicos e as redes de infraestrutura, no intuito de guiar futuras instalações.

A articulação e a integração das informações setoriais que interferem no espaço metropolitano, tanto do ponto de vista urbano ambiental, como do sociocultural, possibilitará o reconhecimento de todo o território da RMR e suas características peculiares.

Na base de dados do CACI, espacializada por tema, deverão também ser agregadas as informações demográficas, de saúde, educação, segurança, lazer, esportes, cultura, entre outros, possibilitando, dessa forma, o reconhecimento de todas as ações e interfaces que ocorrem na RMR.

14 15